

**AGROFINANCEIRIZAÇÃO E NOVAS FRONTEIRAS DO SETOR
SUCROENERGÉTICO NO BRASIL: O CASO DO GRUPO BUNGE NO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**AGROFINANCIALIZATION AND NEW FRONTIERS OF THE SU-
GAR-ENERGY SECTOR IN BRAZIL: THE CASE OF THE BUNGE
GROUP IN THE STATE OF MINAS GERAIS**

**AGROFINANCIACIÓN Y NUEVAS FRONTERAS DEL SECTOR SU-
CROENERGÉTICO EN BRASIL: EL CASO DEL GRUPO BUNGE
EN EL ESTADO DE MINAS GERAIS**

Daniel Féo Castro de Araújo¹

daniel.feo@gmail.com

Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

flasobrinho@gmail.com

Resumo

A agrofinanceirização da agricultura tem sido um impulso significativo para a reconfiguração produtiva do território, principalmente com base na lógica de produção de *commodities*. Na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a internacionalização do setor sucroenergético tem sido marcada pela presença de grupos estrangeiros, como é o caso do grupo Bunge Açúcar e Bioenergia, que possui participação em três usinas na região. Este artigo tem como objetivo analisar a agrofinanceirização do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tendo como ponto de partida a territorialização do grupo Bunge Açúcar e Bioenergia. A metodologia adotada nesta pesquisa inclui uma revisão bibliográfica que utiliza documentos e relatórios disponibilizados por organizações internacionais, governos, ONGs e movimentos sociais rurais, além de bibliografia encontrada em livros e jornais acadêmicos especializados. Essa revisão bibliográfica é fundamental para a compreensão e construção da narrativa a respeito do tema. Em seguida, realizamos uma pesquisa de campo que envolveu a coleta, exame e organização de dados secundários relacionados à produção e situação econômico-financeira das empresas. Também consultamos bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), dos Portais NovaCana e INFOCANA, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Todas essas fontes foram cruciais para a obtenção de dados precisos e relevantes para a nossa pesquisa. A pesquisa

¹ Possui Graduação em Geografia e Mestrado em Ciências Sociais ênfase em Sociologia, Ciência Política e Antropologia cursados pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas na área de Geografia Agrária, Econômica e Regional com ênfase nos seguintes temas: Modernização territorial, dinâmica dos lugares, redes e circuitos espaciais de produção, circuitos da economia urbana, região e regionalização, regiões agrícolas, agronegócio e dinâmicas territoriais, urbanização e agronegócio, globalização e política.

² Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1998) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2008). Professor Associado 3 da Universidade de Brasília atuando nos cursos de bacharelado, licenciatura presencial e ensino à distância da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da UnB. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Humana, Formação de Professores, Ensino de Geografia, Turismo, Rede Urbana, Planejamento Urbano e Regional e Geografia Urbana.

conclui que o grupo Bunge tem se apropriado do território majoritariamente pelas vias de arrendamento para a produção de cana-de-açúcar, incorporando áreas que antes eram destinadas a cultivos de grãos, alimentos e pecuária. É importante destacar que essa prática é uma consequência da lógica da agrofinanceirização da agricultura, que tem impulsionado a reconfiguração produtiva do território com base na produção de *commodities*. Por isso, é fundamental considerar os aspectos sociais e regionais no planejamento e na regulamentação das atividades agroexportadoras.

Palavras-chave: agrofinanceirização. Fusões/aquisições. Setor Sucroenergético. Crise Financeira. Bunge.

Abstract

The agrofinancialization of agriculture has been a significant driving force behind the productive reconfiguration of the territory, particularly based on the logic of commodity production. In the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region, the internationalization of the sugarcane and energy sector has been marked by the presence of foreign groups, such as the Bunge Sugar and Bioenergy Group, which has a stake in three mills in the region. This article aims to analyze the agrofinancialization of the sugarcane and energy sector in the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, starting with the territorialization of the Bunge Sugar and Bioenergy Group. The methodology used in this research includes a literature review that utilizes documents and reports provided by international organizations, governments, NGOs, and rural social movements, as well as literature found in specialized academic books and journals. This literature review is essential for the understanding and construction of the narrative on the subject. We then conducted field research that involved the collection, examination, and organization of secondary data related to the production and economic-financial situation of the companies. We also consulted databases from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Union of Sugarcane Industry (ÚNICA), the Association of Sugarcane and Energy Industries of Minas Gerais (SIAMIG), the Ministry of Agriculture, Livestock, and Supply (MAPA), the Union of Bioenergy Producers (UDOP), NovaCana and INFOCANA Portals, the National Supply Company (CONAB), and the Land Struggle Database (DATALUTA). All of these sources were crucial for obtaining accurate and relevant data for our research. The research concludes that the Bunge Group has predominantly appropriated the territory through leasing for sugarcane production, incorporating areas that were previously used for grain, food, and livestock crops. It is important to highlight that this practice is a consequence of the logic of agrofinancialization of agriculture, which has been driving the productive reconfiguration of the territory based on commodity production. Therefore, it is essential to consider social and regional aspects in the planning and regulation of agro-export activities.

Keywords: Agrofinancialization, Mergers / acquisitions, Sugar-Energy Sector, Financial Crisis, Bunge

Resumen

La agrofinanciarización de la agricultura ha sido un impulso significativo para la reconfiguración productiva del territorio, principalmente basado en la lógica de producción de *commodities*. En la región del Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, la internacionalización del sector sucroenergético ha estado marcada por la presencia de grupos extranjeros, como es el caso del grupo Bunge Azúcar y Bioenergía, que tiene participación en tres plantas en la región. Este artículo tiene como objetivo analizar la agrofinanciarización del sector sucroenergético en el Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tomando como punto de partida la territorialización del grupo Bunge Azúcar y Bioenergía. La metodología adoptada en esta investigación incluye una revisión bibliográfica que utiliza documentos e informes proporcionados por organizaciones internacionales, gobiernos, ONG y movimientos sociales rurales, además de bibliografía encontrada en libros y revistas académicas especializadas. Esta revisión bibliográfica es fundamental para la comprensión y construcción de la narrativa sobre el tema. A continuación, realizamos una investigación de campo que involucró la recopilación, examen y organización de datos secundarios relacionados con la producción y la situación económico-financiera de las empresas. Tam-

bién consultamos bases de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), la Unión de la Industria de la Caña de Azúcar (ÚNICA), la Asociación de Industrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG), el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (MAPA), la Unión de Productores de Bioenergía (UDOP), los Portales NovaCana e INFOCANA, la Compañía Nacional de Abastecimiento (CONAB) y la Base de Datos de la Lucha por la Tierra (DATALUTA). Todas estas fuentes fueron cruciales para obtener datos precisos y relevantes para nuestra investigación. La investigación concluye que el grupo Bunge se ha apropiado del territorio principalmente a través del arrendamiento para la producción de caña de azúcar, incorporando áreas que antes se destinaban a cultivos de granos, alimentos y ganadería. Es importante destacar que esta práctica es una consecuencia de la lógica de la agrofinanciarización de la agricultura, que ha impulsado la reconfiguración productiva del territorio basada en la producción de commodities. Por lo tanto, es fundamental considerar los aspectos sociales y regionales en la planificación y regulación de las actividades agroexportadoras.

Palabras clave: Agrofinanciarización. Fusiones/adquisiciones. Sector azúcar-energético. Crisis financiera. Bunge.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou por significativas transformações e se tornou uma agricultura globalizada, impulsionada pelo paradigma produtivo contemporâneo que incorpora ciência, tecnologia e informação, bem como a sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Essa transformação está intrinsecamente ligada à reestruturação capitalista e ao sistema mundial (WALLERSTEIN, 1998), que se baseia em um modelo técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009) e representa a fase de acumulação expandida (CHESNAIS, 1996), em que a escala global se torna o espaço privilegiado para a acumulação e reprodução das heterogeneidades do capitalismo financeirizado (CHESNAIS, 1998).

Diante desse contexto, a entrada de empresas internacionais e transnacionais no setor agrícola brasileiro, por meio de fusões, aquisições ou associações, tem sido impulsionada pelas políticas neoliberais e pela financeirização da economia, que levaram à desregulamentação da economia e resultaram na capitalização dos principais agentes (FREDERICO; GRAS, 2017; BUNDE, 2017; SANTOS, 2017, ARAÚJO, 2023a). Diante dessas mudanças, foi possível perceber que as consequências desse processo, denominado de agrofinanciarização, estão intimamente relacionadas com a internacionalização da agricultura no Brasil, uma vez que a entrada de empresas internacionais e transnacionais no setor tem promovido mudanças significativas no modo como a agricultura é praticada no país (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2021, ARAÚJO, 2023a).

A agrofinanciarização é um processo cada vez mais presente no setor agrícola e agroindustrial, em que a terra e os produtos agrícolas se tornam investimentos financeiros. Isso se deve em grande parte à desregulamentação da economia brasileira, que permitiu a en-

trada de diversas corporações nacionais e transnacionais no setor. Essa capitalização dos principais agentes tornou a terra cada vez mais passível de se transformar em investimentos financeiros, por meio de fusões, aquisições ou associações (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2021, ARAÚJO, 2023a). O crescimento do mercado interno e internacional do etanol, açúcar e bioeletricidade também tem contribuído para a internacionalização e reestruturação do capital agroindustrial (ARAÚJO, 2023a). É importante ressaltar que a agrofinciarização é uma das principais características do agronegócio contemporâneo no território brasileiro.

Agrofinancerização é relevante para compreender a dinâmica atual da agricultura em Minas Gerais e no Brasil. Esse conceito se refere à crescente financeirização do setor agrícola, na qual as atividades econômicas da agricultura se integram com o mercado financeiro, por meio da participação de instituições financeiras no financiamento e investimento em atividades agronegócio (ARAÚJO, 2023a). Ou seja, essa dinâmica de internacionalização da agricultura, no qual empresas estrangeiras, especialmente multinacionais, têm se instalado no agronegócio e passam a controlar diversos segmentos agrícolas. Essa presença de empresas multinacionais no setor agrícola está ligada à ampliação da influência do capital monopolista internacional na economia brasileira (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2021, ARAÚJO, 2023a). Como resultado, ocorre uma reorganização espacial, com a formação de redes, cadeias de cooperação e alianças com parceiros nacionais.

Nesse sentido, o setor sucroenergético brasileiro é altamente competitivo internacionalmente, tendo grande liderança nas tecnologias de produção, logística e comercialização de açúcar e etanol (SILVA, 2022, ARAÚJO, 2023b). De acordo com o Banco de dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, o estado de Minas Gerais, na conjuntura da política de estímulos por parte do governo para expansão da produção dos biocombustíveis, teve um acréscimo no volume produzido, a partir de 2000. Cerca de 9,5% das 746.828.157 toneladas no Brasil, em 2018, foi produzido em Minas Gerais, e destes, 69%, produzidas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (UNICADATA, 2018).

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de acordo com o Sindicato das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG, 2020), é uma das principais regiões produtoras de cana-de-açúcar no Brasil. Nos anos 1990, a região ocupava a 12ª posição no ranking elaborado pelo SIBRA/IBGE (2020) de mesorregiões com a maior área destinada à produção de cana-de-açúcar, com 7.332,91 hectares. Todavia, ao longo dos anos, a região tem subido no ranking, e em 2017 ocupou a 4ª posição, com uma área total de 51.383.576 hectares (SIBRA/IBGE, 2020).

O uso do território ocorre mediante o aparato técnico e científico capaz de potencializar a produção, a partir do uso de insumos e equipamentos e formas de manejo que maximizam a produção, sendo uma materialização do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), concepção teórica que se aplica a crescimento constante na produção de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo a disponibilidade de terra fértil, o clima adequado, a infraestrutura econômica, e a presença de empresas líderes no setor sucroenergético (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2021, ARAÚJO, 2023a).

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é rica em recursos agrícolas e pecuários. De acordo com o IBGE (2018), ela é composta por 66 municípios distribuídos em sete microrregiões e é a segunda maior em área territorial no estado, com 90.545 km². Os cultivos comerciais mais importantes são soja, milho e cana-de-açúcar, bem como a criação de gado bovino de alto valor comercial e a indústria de fertilizantes. A produção de cana-de-açúcar é concentrada principalmente nas microrregiões de Frutal, Uberaba, Ituiutaba e Uberlândia, que juntas representam cerca de 90% da área plantada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em 2018, com 227.190; 223.300; 81.844 e 53.996 hectares, respectivamente.

Para compreender o processo de agrofinancerização do setor sucroenergético na atualidade, partimos do recorte temporal após o ano 2000, com a abertura econômica do setor, que foi marcada por processos contínuos de fusões e aquisições, na qual empresas internacionais se juntaram às agroindústrias canavieiras (BORRAS, 2012; SASSEN, 2016, ARAÚJO, 2023a). Esse processo de internacionalização foi crucial para a entrada de novos capitais no setor, e aproveitou-se da oportunidade proporcionada pelas crises ambiental, climática, energética e alimentar para investir na produção de agrocombustíveis como uma solução para a crise (ARAÚJO, 2023b). Em Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, houve uma intensificação da presença do capital internacional, resultando em várias empresas locais serem adquiridas por grupos estrangeiros em 2008, como a Bunge Açúcar e Bioenergia, que adquiriu sua primeira usina na região de um grupo nordestino e as demais de um grupo paulista.

Este artigo tem como objetivo analisar a agrofinanceirização do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tendo como ponto de partida a territorialização do grupo Bunge Açúcar e Bioenergia.

Para alcançar nossos objetivos, adotamos uma abordagem metodológica composta por vários processos distintos. Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica, que incluiu a

análise de documentos e relatórios fornecidos por organizações internacionais, governos, ONGs e movimentos sociais rurais, além de literatura especializada encontrada em livros e periódicos acadêmicos. A partir disso, construímos um referencial teórico para melhor compreender e narrar o tema em questão.

Em seguida, realizamos uma pesquisa de campo que envolveu a coleta, exame e organização de dados secundários relacionados à produção e situação econômico-financeira das empresas. Também consultamos bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), dos Portais NovaCana e INFOCANA, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Todas essas fontes foram cruciais para a obtenção de dados precisos e relevantes para a nossa pesquisa.

No que se refere à metodologia utilizada na pesquisa, entendemos que se trata de um conjunto coeso de conceitos operacionalizados com o objetivo de alcançar metas definidas. Partimos do conceito de Santos (1988) para compreender o avanço do capital internacional no campo brasileiro, intensificado a partir de 2008 em um contexto mundial de convergência de múltiplas crises e avanço do neoliberalismo no território brasileiro. A partir dessas premissas, buscamos examinar o processo de internacionalização do setor sucroenergético, com foco no período após o ano 2000, que foi marcado pela abertura econômica e pela entrada de empresas internacionais no setor através de processos de fusões e aquisições

Levando em conta cada pedaço do espaço em particular, muitos fatores de sua evolução não são perceptíveis imediatamente, nem diretamente sensível; ou seja, aos fatores “invisíveis”. As formas modernas de acumulação do capital, as relações sociais cada vez mais complexas e mundializadas e tantas outras realidades que não se podem perceber sem um esforço de abstração, tudo isso exige do pesquisador a necessidade de buscar decifrar, e para isso encontrar instrumentos novos de análise para aplicá-los a uma realidade que, à primeira vista, e de fato, encobre uma parte considerável de suas determinações (SANTOS, 1988, n.p.)

O autor aborda a complexidade da evolução do espaço, destacando que muitos fatores que influenciam essa evolução não são facilmente perceptíveis e exigem um esforço de abstração para serem compreendidos. Santos (1988) destaca que além dos fatores invisíveis, como as formas modernas de acumulação de capital e as relações sociais complexas e mundializadas, há outras realidades que também demandam instrumentos novos de análise para serem decifradas. Diante disso, o autor sugere a necessidade de um olhar mais crítico e apurado por parte

dos pesquisadores para compreender as determinações do espaço em sua totalidade. Com isso, o autor aponta para a importância de uma análise mais aprofundada e crítica para compreender as transformações, levando em consideração a complexidade dos fatores envolvidos.

REFLEXÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma das regiões mais importantes do Brasil em termos de produção agrícola e pecuária. Essa território é reconhecida por seus cultivos de grãos, como soja e milho, bem como por sua produção de cana-de-açúcar e pela criação de gado bovino destinado tanto à produção de carne quanto de leite (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020a). Ela abriga também importantes centros urbanos, que são responsáveis por concentrar uma considerável quantidade de indústrias, comércios e serviços de grande importância para a economia regional e nacional (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020a). Essas indústrias são, em sua maioria, voltadas para o setor agropecuário e buscam atender às necessidades da produção moderna e eficiente de alimentos. A importância da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba para a economia brasileira é inegável, uma vez que ela é responsável por uma grande parte da produção agrícola e pecuária do país, além de ser uma região de grande importância para a indústria e o comércio (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020a).

A dinamização socioeconômica da região central do Brasil, onde se localiza o Cerrado, teve início na década de 1960 e se intensificou nos anos 1970 com a implantação de programas e projetos governamentais voltados para o desenvolvimento da agropecuária (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020b). Entre esses programas, destacam-se o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), criado em 1975, e o Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), resultado de uma cooperação entre os governos brasileiro e japonês em 1976. O POLOCENTRO tinha como objetivo promover a ocupação racional do Cerrado, por meio do fomento à pesquisa, assistência técnica, crédito rural, regularização fundiária, produção e comercialização de insumos agrícolas e infraestruturas de transporte, energia e armazenamento (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020b). Já o PRODECER propunha a ocupação de grandes áreas de terras favoráveis, com a criação de unidades agrícolas de grande porte e caráter empresarial, capazes de produzir em larga escala e preferencialmente para exportação.

Esses programas incentivaram a colonização e o desenvolvimento da agricultura empresarial na região, intensificando a produção de *commodities* e a concentração fundiária armazenamento (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020a). No entanto, essa dinamização socioeconômica também gerou conflitos fundiários e sociais, com a luta pela terra e a desapropriação de comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais. A expansão da agropecuária no Cerrado contribuiu para a degradação ambiental da região, com o desmatamento e a utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, afetando a biodiversidade e a qualidade do solo e da água (CLEPS JUNIOR, 1998).

Na década de 1990 foi marcada pela desregulamentação estatal e reestruturação do setor sucroalcooleiro nacional. Com a mudança, as decisões do setor passaram a ficar cada vez mais nas mãos da iniciativa privada (ARAÚJO, 2023a), o que possibilitou a entrada de grupos tradicionais provenientes do Nordeste no Centro-Sul. Esses grupos passaram a direcionar parte do seu capital acumulado para a região e a investir em novas terras, unidades de usinas e aquisição de unidades já implantadas (PEREIRA, 2022). Com a instalação no território do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, esses grupos legitimaram estratégias de acumulação capitalista vinculadas às questões de competitividade (THOMAZ JUNIOR, 2012). A região apresenta condições materiais para o plantio de cana-de-açúcar, como solo propício para a produção, com pouca declividade, o que permite a inserção de máquinas no processo produtivo, e condições climáticas favoráveis ao cultivo, como a disponibilidade hídrica dos rios (THOMAZ JUNIOR, 2012). Esses fatores foram fundamentais para o sucesso da produção de cana-de-açúcar na região e para a consolidação do setor sucroenergético no Brasil.

No início do século XXI, o setor sucroenergético estava em plena expansão em todo o país, incluindo a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba armazenamento (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2020a). Este crescimento está relacionado a um conjunto de fatores, tais como a popularização dos carros *flex-fuel*, o aumento do preço e escassez do petróleo, as exigências dos protocolos e acordos ambientais para a redução de emissões de CO₂ na atmosfera, bem como as novas demandas de países por combustíveis limpos e renováveis (ARAÚJO, 2023b). Além de impulsionar o agronegócio canavieiro no Brasil, essa conjuntura favorável também contribuiu para a reestruturação produtiva do setor, levando à modernização e ampliação das unidades agroindustriais existentes, bem como à instalação de novas (PEREIRA, 2022). No entanto, esse processo também exigiu a ocupação de novas terras para o cultivo de cana-de-açúcar, o que posicionou o setor sucroenergético como um importante *player* na economia nacional e internacional (CAMPOS, 2019).

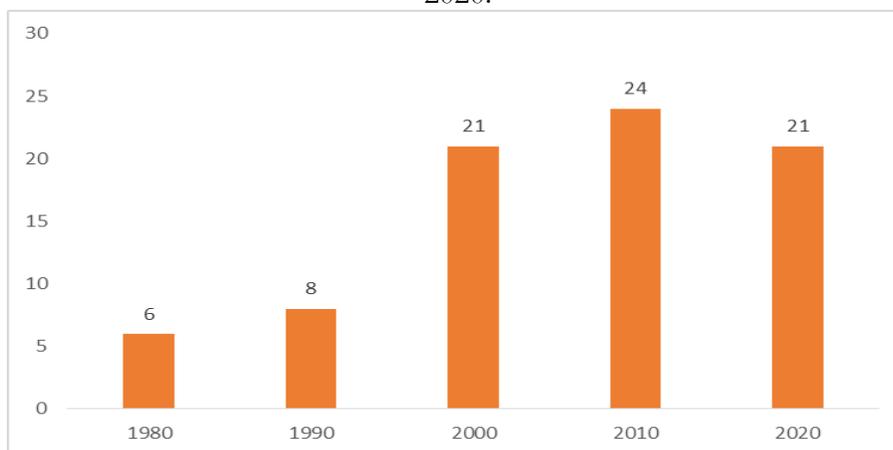
Durante o período de expansão da produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais, houve uma mudança na composição dos agentes envolvidos, com grupos tradicionais saindo e novos investidores entrando no mercado (CAMPOS, 2019). Esses novos grupos, tanto os interessados em ganhos de eficiência quanto os interessados no mercado interno, tendem a preferir regiões que apresentam perspectivas de crescimento econômico e de aumento da produtividade, seja com base em histórico ou em projeções futuras (SANTOS, 2017).

O processo denominado de agrofinanceirização é um processo que ocorre no contexto da mundialização do capital (ARAÚJO, 2023a), no qual há uma articulação entre o setor financeiro e o setor agroalimentar, com investidores institucionais investindo no campo para diversificar seus negócios e ampliar seus retornos. No setor sucroenergético, esse processo se manifestou por meio do aumento do preço da terra e das *commodities*, combinado com o crescimento da demanda global por biocombustíveis, o que atraiu o interesse de investidores financeiros para esse setor (ARAÚJO, 2023a).

Deste modo, agrofinanceirização no setor sucroenergético é uma forma de dominação do capital financeiro sobre a produção e o uso da terra, o que impacta diretamente a vida dos trabalhadores rurais e a dinâmica dos territórios. No caso específico do grupo Bunge no estado de Minas Gerais, a agrofinanceirização pode estar presente, visto que a empresa é uma das maiores processadoras de cana-de-açúcar do mundo e possui um grande número de fazendas no Estado.

Um exemplo dessa tendência é a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que concentra os principais grupos de capital nacional internacional. Conforme apresentado no (Gráfico 1), houve um aumento significativo no número de usinas na região após 1990, atingindo o pico em 2010 com um total de 24 usinas. Em 2010, a mesorregião já contava com 21 usinas em operação, além de uma com previsão de funcionamento para 2021. Essa tendência demonstra como os investidores buscam oportunidades em regiões que apresentam um ambiente propício para a produção e comercialização de cana-de-açúcar.

Gráfico 01. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – número de usinas no período de 1980 até 2020.



Fonte: MAPA; UDOP, 2020. Organizado: Autores (2023)

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem a presença de diversos grupos nacionais e internacionais na indústria canavieira. Entre os grupos nacionais, destaca-se Tércio Wanderley, que possui quatro unidades e tem planos de expansão com a construção de mais duas unidades. Outro grupo importante é o Delta Sucroenergia, que possui três usinas. A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA) também está presente na região, recentemente ampliando sua presença com a compra da Triálcool, que pertencia ao falido grupo João Lyra. Além desses grupos nacionais, a região também apresenta a presença de investidores estrangeiros desde 2001.

Dentre eles, os grupos mais relevantes são a Bunge, que possui três usinas, e a BP e a Dow, cada uma com uma usina na região. Os principais investidores envolvidos na internacionalização da indústria canavieira no Estado são de origem inglesa, estadunidense, argentina e francesa (SILVA, 2022). A entrada desses investidores estrangeiros trouxe novas tecnologias, práticas de gestão e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o que impulsionou o crescimento e modernização da indústria canavieira em Minas Gerais (SILVA, 2022, SANTOS, 2022, ARAÚJO, 2023a). A presença de investidores nacionais e internacionais na região, aliada às condições favoráveis para o cultivo de cana-de-açúcar, reforça a importância do setor para a economia local e nacional.

De acordo com os dados divulgados pela Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig) em 2018 e sistematizados por Stacciarini (2019), o estado é o segun-

do maior produtor de açúcar e o terceiro em produção de etanol no país. Minas Gerais possui 120 municípios dedicados ao cultivo de cana-de-açúcar, abrangendo uma área de 950 mil hectares, além de 35 unidades industriais em funcionamento. Vale ressaltar que uma nova unidade estava prevista para começar a operar em 2020. Grande parte dessas unidades agroindustriais sucroenergéticas está concentrada na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, conforme apresentado no (Quadro 1).

Quadro 1. Grupos que atuam na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2018)

Nome do Grupo	Município	Nome da Unidade Produtiva	Ano de Inauguração	Aquisição (Grupo Atual)
Grupos de Capital Nacional				
Tércio Wanderley	Campo Florido	Usina Coruripe - Campo Florido	2002	2002
Tércio Wanderley	Carneirinho	Usina Coruripe - Carneirinho	2008	2008
Tércio Wanderley	Limeira do Oeste	Usina Coruripe - Limeira do Oeste	2005	2005
Tércio Wanderley	Iturama	Usina Coruripe - Iturama	1985	1994
Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA)	Canápolis	Usina Canápolis	1977	2017
Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA)	Limeira do Oeste	Usina Vale do Pontal	2009	2016
Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA)	Uberaba	Usina Vale do Tijuco	2010	2010
Delta Sucroenergia	Conceição das Alagoas	Usina Volta Grande	1996	1996
Delta Sucroenergia	Conquista	Usina Conquista de Minas	1904	2011
Delta Sucroenergia	Delta	Usina Delta	1950	2000
Araporã Bioenergia	Araporã	Alvorada	1972	1972
Balbo	Uberaba	Usina Uberaba S/A	2008	2008
Bioenergética Aroeira S/A	Tupaciguara	Bioenergética Aroeira	2010	2010
Destilaria Antônio Monti Filho - DAMFI	Canápolis	Destilaria Antônio Monti Filho	2007	2007
Destilaria Cachoeira Ltda.	Tupaciguara	Destilaria Cachoeira Ltda.	1986	1986
Grupo Andrade	Santa Vitória	Cia. Energética Vale do São Simão	2009	2009
Grupo Cerradão	Frutal	Usina Cerradão	2009	2009
Nome do Grupo	Município	Nome da Unidade Produtiva	Ano de Inauguração	Aquisição (Grupo Atual)

Grupo Japungu	Capinópolis	Usina Vale do Paranaíba	1976	2017
Planalto Agroindustrial	Ibiá	Usina Araguari	1994	2003
U.S.A - Usina Santo Ângelo Ltda	Pirajuba	Usina Santo Ângelo	1984	1984
Grupos de Capital Internacional				
British Petroleum (BP)	Ituiutaba	Usina BP - Ituiutaba	2008	2011
Bunge	Frutal	Usina Frutal	2007	2010
Bunge	Itapagipe	Usina Itapagipe	2006	2010
Bunge	Santa Juliana	Usina Santa Juliana	2003	2007
Dow Química	Santa Vitória	Usina Santa Vitória Açúcar e Alcool (SVAA)	2015	2015

Fonte: STACCIARINI (2019).

A territorialização dos grupos internacionais foi um fator importante para o avanço do cultivo de cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Embora os investimentos no setor tenham ocorrido desde a década de 1970, a chegada de capital internacional contribuiu para impulsionar ainda mais o desenvolvimento das forças produtivas na região na última década (2011-2020). No entanto, essa territorialização também teve um impacto significativo no mercado de terras, tornando a região uma das mais caras do Brasil para a aquisição de propriedades rurais (SANTOS, 2020). Esse aumento de preço é justificado pela maior demanda por alimentos e matérias-primas agropecuárias em todo o mundo, o que coloca uma pressão crescente sobre a produção agrícola. Como resultado, a capacidade produtiva do Triângulo Mineiro tem sido desafiada, o que afeta diretamente os preços das terras na região (SANTOS, 2020).

Seguindo a análise do período de 2011 a 2019 (conforme quadro 02), é possível observar um aumento significativo no valor médio da terra nua destinada a lavouras no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba. Dentre os municípios analisados, destacam-se Frutal, Santa Juliana, Itapagipe, Uberaba, Limeira, Santa Vitória e Ituiutaba.

No município de Frutal, o valor médio da terra nua teve um aumento considerável, passando de R\$ 8.500,00 em 2011 para R\$ 12.400,00 em 2019. Em Santa Juliana, ocorreu uma variação expressiva, saindo de R\$ 6.000,00 em 2013 e chegando a R\$ 19.128,36 em 2019. De maneira similar, em Itapagipe, o valor médio da terra nua aumentou de R\$ 8.600,00 em 2011 para R\$ 11.850,00 em 2019.

Por outro lado, em Uberaba, o valor médio da terra nua apresentou uma oscilação ao longo do período. Alcançou R\$ 18.000,00 em 2013, caiu para R\$ 9.453,00 em 2015 e voltou a subir para R\$ 15.500,00 em 2019. Já em Limeira do Oeste, o valor médio iniciou em R\$

4.864,86 em 2011 e chegou a R\$ 10.600,00 em 2019. No caso de Santa Vitória, os dados fornecidos não apresentam informações para o ano de 2013, mas é possível notar uma estabilidade no valor médio da terra nua, mantendo-se em torno de R\$ 7.320,00 nos anos de 2015, 2017 e 2019. Em contrapartida, em Ituiutaba, houve uma valorização significativa no valor médio da terra nua, passando de R\$ 7.200,00 em 2011 para R\$ 10.134,98 em 2019.

A expansão da indústria canavieira na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba está intimamente ligada ao processo de agrofincanceirização, impulsionado pela busca por crescimento econômico e eficiência na produção. Esse processo teve um impacto significativo no mercado imobiliário dos municípios, resultando na valorização das áreas rurais, como pode ser observado no (Quadro 2).

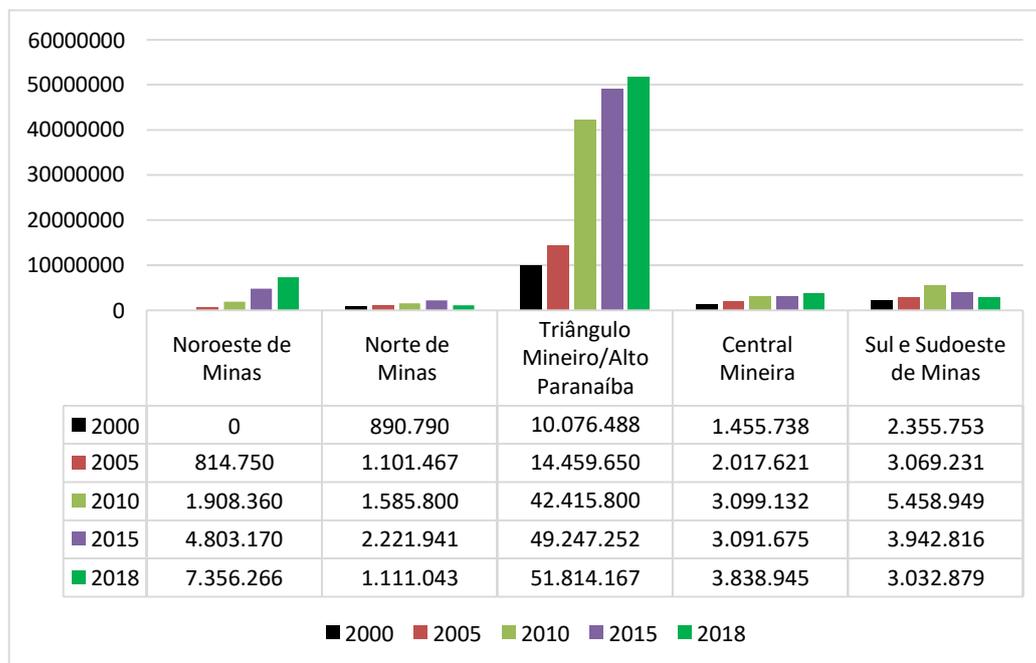
Quadro 2. Valor médio da terra nua destinada a lavouras (em hectare) – 2011 a 2019

	2011	2013	2015	2017	2019
Frutal	8.500,00	7.300,00	10.500,00	10.500,00	12.400,00
Santa Juliana	–	6.000,00	17.000,00	19.500,00	19.128,36
Itapagipe	8.600,00	8.260,00	15.000,00	11.723,80	11.850,00
Uberaba	11.000,00	18.000,00	9.453,00	12.938,00	15.500,00
Limeira do Oeste	4.864,86	4.500,00	6.605,00	10.000,00	10.600,00
Santa Vitória	7.200,00	–	7.320,00	7.320,00	7.500,00
Ituiutaba	7.200,00	6.000,00	3.731,00	4.000,00	10.134,98

Fonte: EMATER, 2020. Organizado: Autores (2023)

Em 2018, a produção na região alcançou a marca de 10.076.488 toneladas, o que representa 73% do total produzido em todo o estado. Esse resultado expressivo é reflexo da ampliação e concentração da área plantada e produzida na região, impulsionada pela conjuntura favorável ao setor sucroenergético. Ao comparar a produção do Triângulo Mineiro com outras mesorregiões do estado, é possível observar um crescimento significativo na região, conforme demonstrado no (Gráfico 2). Esse aumento da produção ressalta a importância do Triângulo Mineiro como um polo essencial para o setor canavieiro em Minas Gerais e no país como um todo.

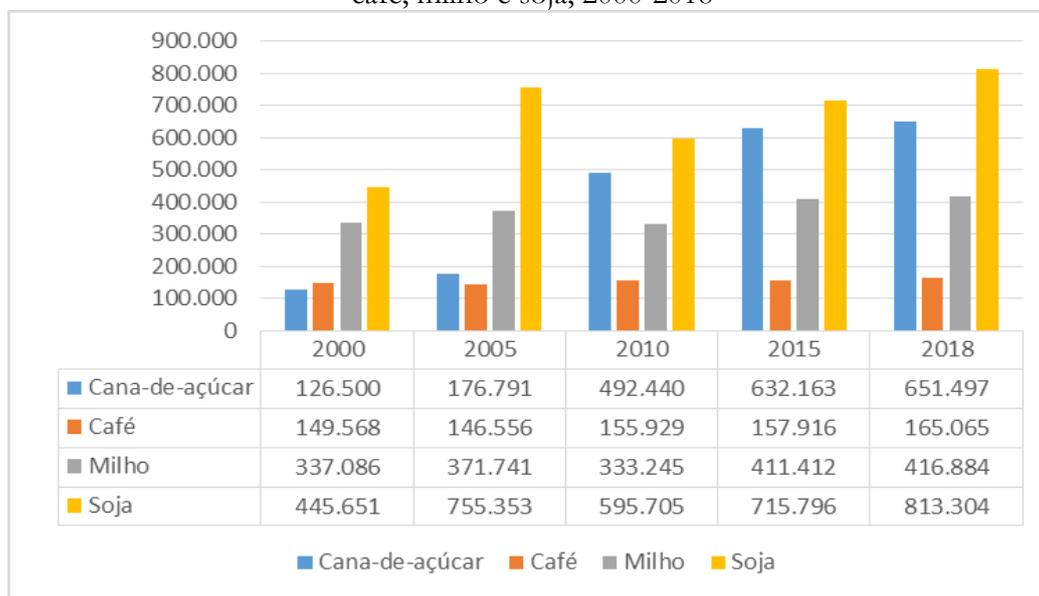
Gráfico 2. Minas Gerais - quantidade produzida (t) de cana nas cinco mesorregiões com maior produção nos anos de 2000 a 2018 (anos selecionados).



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE, 2018. Organizado: Aurores (2023)

Por conseguinte, é importante ressaltar o aumento significativo na área ocupada por essa monocultura. De acordo com dados do (Gráfico 3), entre os anos de 2000 e 2018, houve um crescimento de 524.997 hectares na área de plantio, o que representa o maior aumento entre todas as monoculturas. No entanto, é preciso destacar que a área cultivada não cresceu na mesma proporção da cana-de-açúcar, uma vez que a soja, somada à cana-de-açúcar, domina a área plantada. Esse aumento expressivo na área de plantio de cana-de-açúcar reflete-se no estado de Minas Gerais, que é o segundo maior produtor de açúcar e o terceiro em produção de etanol no país, de acordo com dados da Siamig (2018).

Gráfico 3. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - área plantada (hectares) de cana-de- açúcar, café, milho e soja, 2000-2018



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE, 2018. Organizado: Autores (2023)

O processo de expansão dos canaviais e a consequente diminuição da área plantada de outras culturas, como arroz e feijão, têm gerado impactos significativos na paisagem e na produção agrícola do Triângulo Mineiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região cultivava 25.596 hectares de arroz e 23.199 hectares de feijão em 2000. No entanto, ao longo dos anos, a área plantada de arroz tem diminuído consideravelmente, chegando a apenas 106 hectares em 2018.

Por outro lado, a área plantada de feijão tem apresentado um aumento, atingindo 33.873 hectares no mesmo período. Essa alteração na composição das culturas agrícolas é resultado direto da expansão dos canaviais na região. Com a demanda crescente por cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol, os produtores têm direcionado cada vez mais suas áreas de plantio para essa cultura lucrativa. O declínio do arroz e do feijão como culturas de destaque na região reflete essa mudança de foco e prioridade.

É importante ressaltar que essa transformação agrícola não se limita apenas à alteração da paisagem e da distribuição das áreas de plantio. Ela também traz consigo impactos sociais e econômicos para os municípios envolvidos. A expansão dos canaviais gera empregos diretos e indiretos na indústria sucroenergética, impulsionando a economia local. Por outro lado, a diminuição da área plantada de outras culturas pode afetar a subsistência de agricultores familiares que dependem dessas culturas para sua renda.

Esse processo tem sido associado à agrofinanceirização da agricultura, que se refere à crescente presença de investidores financeiros no setor agrícola, resultando em uma maior valorização da terra e na preferência por cultivos com maior potencial de lucratividade, como é o caso da cana-de-açúcar. Com a expansão dos canaviais, as áreas destinadas ao arroz e ao feijão têm diminuído, enquanto a área ocupada pela cana-de-açúcar tem aumentado. Essa transformação tem impactado significativamente a produção agrícola da região e a paisagem dos municípios com usinas ou próximos delas, como mencionado anteriormente. Portanto, a agrofinanceirização tem sido uma das principais forças motrizes da transformação agrícola na região do Triângulo Mineiro.

O (Quadro 3) apresenta a área plantada de cana-de-açúcar nos dez municípios de maior produção do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nos anos de 2000 a 2018. É possível observar uma tendência de crescimento significativo ao longo desse período. No município de Uberaba, por exemplo, a área plantada aumentou de 5.000 hectares em 2000 para 84.000 hectares em 2018. Essa expansão é reflexo do processo de expansão dos canaviais na região, em detrimento de outras culturas como arroz e feijão. Da mesma forma, municípios como Frutal, Santa Vitória, Conceição, Iturama, Campo e Ituiutaba também apresentaram um aumento expressivo na área plantada de cana-de-açúcar ao longo dos anos.

Esse processo pode estar relacionado à demanda crescente por cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol. Essa dinâmica de crescimento da área plantada de cana-de-açúcar nos municípios do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem consequências tanto na produção agrícola quanto na paisagem e economia local. A expansão dos canaviais gera empregos diretos e indiretos na indústria sucroenergética, ao mesmo tempo em que pode impactar outras culturas tradicionais da região. Portanto, o aumento da área plantada de cana-de-açúcar nos municípios selecionados reflete um processo de transformação agrícola na região, com impactos nas atividades econômicas, uso da terra e na dinâmica da produção agrícola.

Quadro 3. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - área plantada (hectares) de cana-de-açúcar nos dez municípios de maior produção nos anos de 2000 a 2018 (anos selecionados)

Municípios	2000	2010	2018
Uberaba	5.000	46.000	84.000
Frutal	3.600	30.689	54.200
Santa Vitória	40	25.867	40.000
Conceição das Alagoas	15.000	40.000	45.000

Iturama	19.608	30.900	39.000
Municípios	2000	2010	2018
Campo Florido	800	17.500	36.300
Ituiutaba	500	24.000	26.000
Água Comprida	4.000	19.500	18.100
Municípios	2000	2010	2018
Limeira do Oeste	2.502	18.000	40.000
Conquista	11.000	15.000	18.200
Total	62.050	284.956	400. 800

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE (2018). Organizado: Autores (2023)

A agrofincanceirização é um processo de financeirização do agronegócio, em que o setor passa a ser guiado por lógicas financeiras em vez de produtivas. No caso da região do Triângulo Mineiro, a expansão dos canaviais tem resultado em uma importante transformação agrícola nos últimos anos, com outras culturas perdendo território para a cana-de-açúcar. Esse processo de expansão dos canaviais e consequente diminuição da área plantada de outras culturas tem resultado em uma alteração significativa na produção agrícola da região e na paisagem dos municípios que possuem usinas ou que estão próximos delas.

Demonstramos que todos os dez municípios com maior produção canavieira do estado de Minas Gerais têm usinas em seus territórios, e temos alguns desses municípios, a área ocupada pela cana-de-açúcar ultrapassa os 90% da área cultivada por lavouras temporárias e permanentes por exemplo: Iturama, com 97,41%; Santa Vitória, com 92,97% e Limeira do Oeste, com 97,18%. Posto que, o setor de produção de cana-de-açúcar tem desencadeado a especialização agrícola (FREDERICO, 2012) nesses municípios e a monopolização do território (PANTA; MOREIRA, 2018), como evidenciado pelo fato de que em alguns municípios a área ocupada pela cana-de-açúcar ultrapassa os 90% da área cultivada por lavouras temporárias e permanentes (Quadro 04).

O processo de especialização agrícola pode ter consequências significativas para o setor e o meio ambiente. Uma das consequências é a agrofincanceirização, que pode gerar uma maior dependência do setor em relação a instituições financeiras e à especulação financeira em torno dos preços da cana-de-açúcar. A intensificação do processo de industrialização e a utilização irracional dos recursos naturais orientados para atividades agrícolas podem resultar em desmatamento, aumento das emissões de gases-estufa, contaminação das águas e do solo.

Dowbor (2017) aborda a questão do controle financeiro das *commodities* e como isso afeta a produção e o comércio desses produtos. O autor destaca que muitos dos principais grupos mundiais envolvidos no controle financeiro das *commodities* são pouco conhecidos, mas são *players* fundamentais da economia global. Por isso, o sistema de formação de preços obedece a manipulações especulativas induzidas, em detrimento de mecanismos tradicionais de oferta e procura. Diante de contexto destacamos a concentração de riqueza e desigualdade que resultar do controle financeiro das *commodities*. Dowbor (2017) menciona a tendência geral na qual os produtores recebem uma parcela muito pequena do valor final pago pelo consumidor, o que pode afetar a produção de *commodities* em países em desenvolvimento.

O setor sucroenergético é uma área de grande importância econômica e social em muitos países. Entretanto, como apontado por Castillo (2015), as atividades agrícolas deste setor vêm enfrentando desafios importantes, como a necessidade de especialização e a perda de autonomia local, na busca por competitividade no mercado. De acordo com Camelini (2011), a interferência direta ou indireta de agentes e processos totalmente desvinculados da realidade local pode levar a manifestações negativas da qualidade de vida.

Pereira (2015), os municípios com populações mais reduzidas são mais vulneráveis a essa dinâmica, uma vez que têm pouca diversificação econômica e opções limitadas de trabalho tanto no campo quanto na cidade. A especialização funcional do setor, com a presença de lavouras canavieiras intensamente mecanizadas e propriedades fundiárias concentradas, leva a uma monofuncionalidade econômica, com a população dependendo exclusivamente das atividades relacionadas ao setor sucroenergético.

Quadro 4. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - área plantada (hectares) de lavouras temporárias e permanentes cana-de-açúcar nos dez maiores municípios produtores em 2018.

Municípios	Lavouras temporárias e Permanentes (ha)	Lavouras de cana (ha)	Porcentagem % da área (ha) de cana em relação as lavouras temporárias e permanentes
Uberaba	219.609	84.000	38,24 %
Frutal	98.662	54.200	54,93%
Santa Vitória	43.024	40.000	92,97%
Conceição das Alagoas	114.340	45.000	39,35%
Iturama	40.036	39.000	97,41%
Campo Florido	68.567	36.300	52,94%
Ituiutaba	63.646	26.000	40,85%
Água Comprida	39.487	18.100	45,83%
Limeira do Oeste	41.154	40.000	97,19%
Conquista	37.511	18.200	48,51%

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE (2018). Organizado: Autores (2023)

Mediante os dados apresentados, notamos como a produção canavieira foi ampliada na região e que teve a sua área plantada quadruplicada em dez anos, mesmo diante as crises enfrentadas pelo setor, como a ocorrida em 2008 onde muitas usinas quebraram SANTOS, 2022. Isso foi imprescindível para entrada de capital internacional, pois essa expansão, mesmo diante a cenários de crise, se deve ao fato da política econômica brasileira que elege o agronegócio como principal fonte econômica do país, despertaram o interesse mundial na participação da produção canavieira, e conseqüentemente a internacionalização do setor sucroenergético, que torna os territórios desta região vulneráveis aos investimentos e ao controle do setor sucroenergético internacional. Contudo, esta não é uma realidade específica dos municípios mencionados desta pesquisa, outros mais foram capturados pela força do capital internacional deste setor (PIETRAFESA; STECKELBERG; PIETRAFESA, 2016) e, ainda, apresentam aumento significativo da atividade canavieira e alteração na dinâmica da produção agrícola e pecuária, assim como as configurações de uso do território.

Na próxima seção abordamos o processo de internacionalização no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba através do grupo Bunge Açúcar e Bioenergia, uma empresa de capital inter-

nacional conhecida no ramo agroalimentar, que incide investimentos no setor sucroenergético em 2007, comprando sua primeira usina no município de Santa Juliana no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Presentemente a Bunge é uma das maiores empresas do setor e a terceira maior em capacidade de moagem no território brasileiro. O controle de terras pela Bunge na mesorregião mineira acontece especialmente por meio de arrendamentos, contudo, há áreas que foram obtidas pela empresa através de compra. Vamos compreender que essa expansão canavieira no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem provocado novos rearranjos no território, áreas que antes eram destinadas a produção de grãos, alimentos e pecuária passam a ser incorporadas pela cana-de-açúcar, gerando um processo de desterritorialização dos povos do campo.

TERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO BUNGE AÇÚCAR E BIOENERGIA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA.

A Bunge, fundada em 1818 em Amsterdã, iniciou suas atividades como uma empresa de importação e exportação de trigo da Argentina. Em 1923, estabeleceu a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), sua primeira empresa de processamento de oleaginosas no Brasil. A Bunge foi pioneira na produção de óleo vegetal derivado do algodão, que passou a ser consumido no país. Desde 2006, a Bunge se tornou uma empresa global, atuando no agronegócio, alimentos e bioenergia.

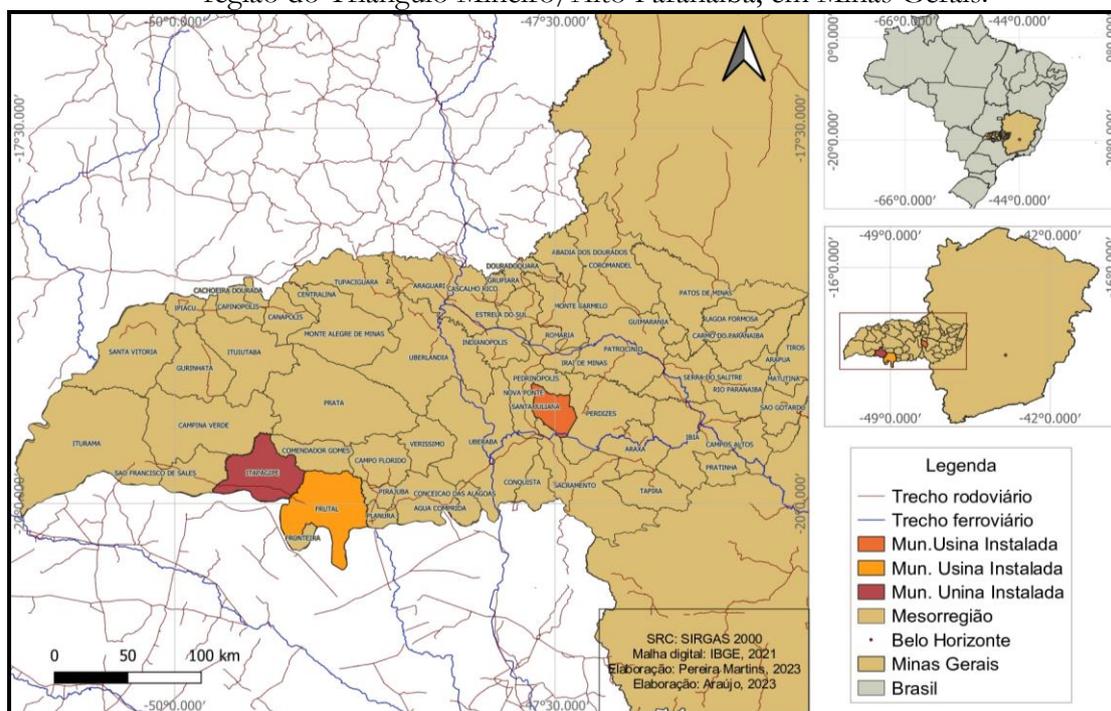
A empresa expandiu suas operações para a Índia, China, Noroeste do Pacífico, Vietnã e Austrália em 1994. Na Argentina a companhia realizou triangulações nocivas de exportações, o que teria permitido evadir mais de 435 milhões de pesos (100 milhões de dólares) em impostos, nos anos 2006 e 2007 (BRONSTEIN; BIANCHI 2011). No Brasil, a Bunge possui marcas reconhecidas como DELÍCIA, PRIMOR, GRADINA, SOYA, SUPREMA, CARDEAL, SALADA e SALSA-RETTI. Essas marcas desempenham um papel fundamental na alimentação dos brasileiros, oferecendo uma ampla variedade de produtos, como óleos, margarinas, maioneses, molhos, massas, arroz, açúcar, entre outros. A presença da Bunge no mercado alimentício é significativa e contribui para atender às necessidades dos consumidores em todo o país.

De acordo com Dowbor (2017), isso resultou em um sistema em formato com um grupo de empresas no "centro" e as ramificações que indicam as empresas controladas por esse centro, e do outro lado, ramificações que indicam as empresas que possuem participações

no centro. Deste modo, uma grande parte do controle flui para um núcleo pequeno e fortemente interligado de instituições financeiras, que pode ser considerado uma "superentidade". Essa estrutura de controle das empresas multinacionais tem impacto significativo na competição do mercado global e na estabilidade financeira, levantando questões importantes tanto para pesquisadores quanto para formuladores de políticas.

A instalação das usinas BP Bunge Bioenergia nos municípios de Fruta, Itapagipe e Santa Juliana em Minas Gerais é um marco importante no setor de bioenergia. Essas usinas representam um investimento significativo da Bunge, uma empresa reconhecida por sua solidez e compromisso em atender às necessidades dos consumidores. Com uma ampla rede de unidades operacionais e uma plataforma logística eficiente, a Bunge tem a capacidade de exportar seus produtos para todos os continentes, consolidando sua posição como líder no mercado. O (mapa 01) permite visualizar a distribuição geográfica dessas usinas, evidenciando a estratégia da Bunge em expandir sua presença em importantes municípios do Brasil.

Figura 1. Localização dos municípios onde estão localizadas as unidades da Bunge na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em Minas Gerais.



Elaboração: PEREIRA MARTINS, ARAÚJO, (2023)

Segundo a ÚNICA (2020), a Bunge está entre as maiores processadoras de cana-de-açúcar do Brasil e entre as líderes globais no comércio e distribuição de açúcar. A unidade de Fruta é controlada pela Bunge Açúcar & Bioenergia (NOVACANA 2020). A Bunge é uma

empresa que tem desempenhado um papel importante na expansão da produção canavieira na região de Santa Juliana, que faz parte de uma microrregião de dez municípios conhecida como Microrregião de Araxá. Esta região é conhecida por sua economia baseada em atividades agropecuárias, incluindo cultivos tradicionais como arroz, milho e feijão, além de culturas de soja e café e exploração de pecuária. A região também tem uma significativa área de reflorestamento, o que ajuda a diversificar ainda mais a economia local.

O arrendamento de terras para empresas do setor sucroenergético limita as oportunidades para outros tipos de cultivo, afetando a oferta de uma ampla gama de produtos agrícolas aos consumidores. Então, essa concentração no setor canavieiro prejudica a sustentabilidade econômica e a segurança alimentar da região, resultando em uma paisagem rural monopolizada pelo cultivo de cana-de-açúcar.

A relação entre o oligopólio sistêmico financeiro mencionado por Dowbor (2017) e a formação de oligopólios econômicos na expansão da produção canavieira pode ser articulada ao destacar a concentração de poder e capital nas mãos de um pequeno número de grandes grupos (ARAÚJO, 2023). Esses grupos exercem controle sobre setores importantes da economia. No caso do oligopólio sistêmico financeiro, Dowbor (2017) argumenta que esses grupos financeiros abusam de sua posição dominante, resultando em acordos fraudulentos e prejudicando a capacidade dos Estados de regular o sistema financeiro em benefício da sociedade. Isso demonstra como a concentração de poder nas mãos de poucos atores pode ter consequências negativas tanto para a economia quanto para a sociedade em geral. Por sua vez, na expansão da produção canavieira, a formação de oligopólios econômicos impulsiona a concentração e centralização de capitais. Fusões e aquisições entre empresas levam à monopolização da economia em escala global (ARAÚJO, 2023a). Esse processo de reorganização territorial do capitalismo mundial tem um impacto direto na forma como os setores econômicos se desenvolvem. Visto que, gera desafios, como a dependência de um único setor econômico controlado por empresas oligopolistas.

A sistematização dos dados no gráfico elaborado por (SANTOS, 2020) traz informações relevantes para a análise da evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Santa Juliana, no período de 2006 a 2018. Essa representação visual permite uma compreensão clara e objetiva das mudanças ocorridas ao longo do tempo, possibilitando identificar tendências, padrões e possíveis impactos nas atividades agrícolas da região. Ao observar a evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Santa Juliana, podemos identificar algumas tendências e estabelecer conexões entre os dados apresentados. Uma correlação

notável é a relação inversa entre os cultivos de alho e arroz. Enquanto a área plantada de alho apresentou um declínio constante ao longo dos anos, o cultivo de arroz teve uma redução abrupta, chegando a zero em 2010 e permanecendo assim nos anos seguintes. Essa correlação pode indicar uma possível substituição de culturas, com agricultores optando por investir em outros cultivos mais lucrativos ou que sejam mais adequados às condições locais. Outra correlação é a relação entre a área plantada de batata e a de cebola. Ambos os cultivos apresentaram variações semelhantes ao longo do tempo, com picos de produção em determinados anos.

Essa correlação pode ser explicada pelas semelhanças nas condições de solo e clima favoráveis ao cultivo dessas culturas, além de uma possível demanda conjunta no mercado local ou regional. Também, é importante destacar a relação entre a área plantada de cana-de-açúcar e os cultivos de milho e soja. Enquanto os cultivos de milho e soja apresentaram flutuações na área plantada ao longo dos anos, a cana-de-açúcar teve um crescimento constante. Essa correlação é atribuída à expansão da indústria de biocombustíveis na região, que demanda uma grande quantidade de cana-de-açúcar para a produção de etanol. Diante deste contexto, os impactos negativos da evolução da produção canavieira no município de Santa Juliana afetaram a variedade de produção agrícola. Os dados são reveladores sobre essa evolução, destacando o notável aumento da área plantada de cana-de-açúcar entre os anos de 2007 e 2008, atingindo seu ponto máximo em 2017, com um total de 15.000 hectares dedicados ao cultivo. No entanto, Santa Juliana vai além de ser apenas um produtor de cana-de-açúcar.

Podemos examinar que atualmente que cerca de 70% da cana-de-açúcar utilizada pela companhia é de produção própria. Os contratos de fornecimento de longo prazo que garantem a matéria prima para as usinas. A estratégia do grupo é arrendar terras pela usina que não estão apenas localizadas no município de Santa Juliana, a unidade busca municípios próximos a fim de expandir a produção.

A legislação aplicável ao arrendamento de terras no Brasil é a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que instituiu o Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra estabelece as normas gerais sobre a política agrícola e fundiária e regula as relações entre proprietários e posseiros rurais, incluindo o arrendamento de terras. Portando, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política agrícola e fundiária e estabelece normas para o arrendamento de imóveis rurais. Já a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, regulamenta o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros residentes no Brasil e por pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no país.

Gráfico 04. Evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Santa Juliana (2006 a 2018).



Fonte: SANTOS (2020)

Segundo Dowbor (2017), a flexibilização das leis pode permitir a aquisição de terras por grupos estrangeiros que, muitas vezes, atuam na exploração desmedida de recursos naturais, no controle das relações de trabalho e em uma produção agrícola que não visa garantir a segurança/soberania alimentar. Essa situação pode colocar em risco a soberania territorial do país, uma vez que o Estado, embora importante, não é o único responsável por garantir a soberania do território. Portanto, é necessário considerar a importância de sujeitos no campo que lutam pelo acesso à terra, produzindo alimentos para abastecimento da população local/nacional e que adotam um modelo de desenvolvimento que não seja exclusivamente mercadológico, para garantir não apenas a soberania alimentar, mas também territorial.

No setor sucroenergético, é comum que as terras sejam arrendadas em vez de serem compradas (SANTOS, 2020). Isso ocorre devido à necessidade de grandes extensões de terra para o cultivo de cana-de-açúcar e à necessidade de contratos de longo prazo para garantir o fornecimento contínuo de matéria-prima para as usinas de produção de açúcar e etanol (CAMPOS, 2019). Essa demanda por propriedades com alto potencial no setor sucroenergético tem resultando em um aumento do preço da terra na área rural (SANTOS, 2020; CAMPOS, 2019).

Outrossim, muitas empresas do setor adquiriram terras por preços muito abaixo do mercado, aproveitando-se da falta de documentação comprobatória de posse e propriedade desses terrenos pelos moradores locais (SANTOS, 2020). Essas empresas cercaram as propriedades para impedir que posseiros continuassem a utilizá-las para agricultura ou para a criação de animais. Além do que, é possível que o arrendamento seja uma opção mais viável para as empresas do setor, já que a compra de terras pode ser mais cara e complexa devido a questões de posse e propriedade.

A tática da Bunge em relação à matéria-prima, a cana-de-açúcar, é bastante estratégica. Cerca de 70% da cana utilizada pela empresa é de produção própria, graças a contratos de fornecimento de longo prazo. A unidade busca expandir sua produção arrendando terras em municípios próximos ao município de Santa Juliana. Já o município de Frutal, em Minas Gerais, é uma referência nacional no setor sucroenergético, devido à presença da Usina Frutal, pertencente à Bunge. Além de outros fatores importantes, como a presença de capitais estrangeiros no setor e a facilidade de apropriação do território, o município de Frutal destaca-se por sua privilegiada localização em relação à malha rodoviária. De fato, o entroncamento rodoviário de Frutal é considerado um dos maiores do Brasil Central, conectando importantes regiões e cidades do país.

A chegada do grupo Bunge foi um marco na história do município, pois trouxe investimentos significativos e novos empregos para a região. A localização geográfica privilegiada de Frutal, com suas condições climáticas ideais e facilidade de acesso, tem sido um atrativo para grandes investidores no setor sucroalcooleiro. Ademais, a existência de usinas já estabelecidas, como a Moema e a Cerradão, tem ajudado a consolidar a posição de Frutal como uma importante região produtora de cana-de-açúcar.

A partir do (Gráfico 05), é possível observar algumas tendências. No cultivo de abacaxi, houve um aumento gradual da área plantada entre 2006 e 2014, atingindo seu pico em 2014 com 2.300 hectares. No entanto, a partir de 2014, houve uma redução na área plantada de abacaxi, voltando aos níveis de 2006 em 2018. Essa flutuação pode estar relacionada a fatores como demanda de mercado, variações climáticas e preferências dos agricultores.

Em relação ao arroz, é interessante observar que houve uma pequena produção entre 2008 e 2012, mas a partir de 2014 não foram registrados mais cultivos desse cereal. Essa queda na produção de arroz pode indicar uma mudança de foco na produção agrícola local. Os agricultores podem estar optando por outras culturas mais rentáveis ou adequadas às condições locais, levando em consideração fatores como demanda de mercado, custos de produção, dis-

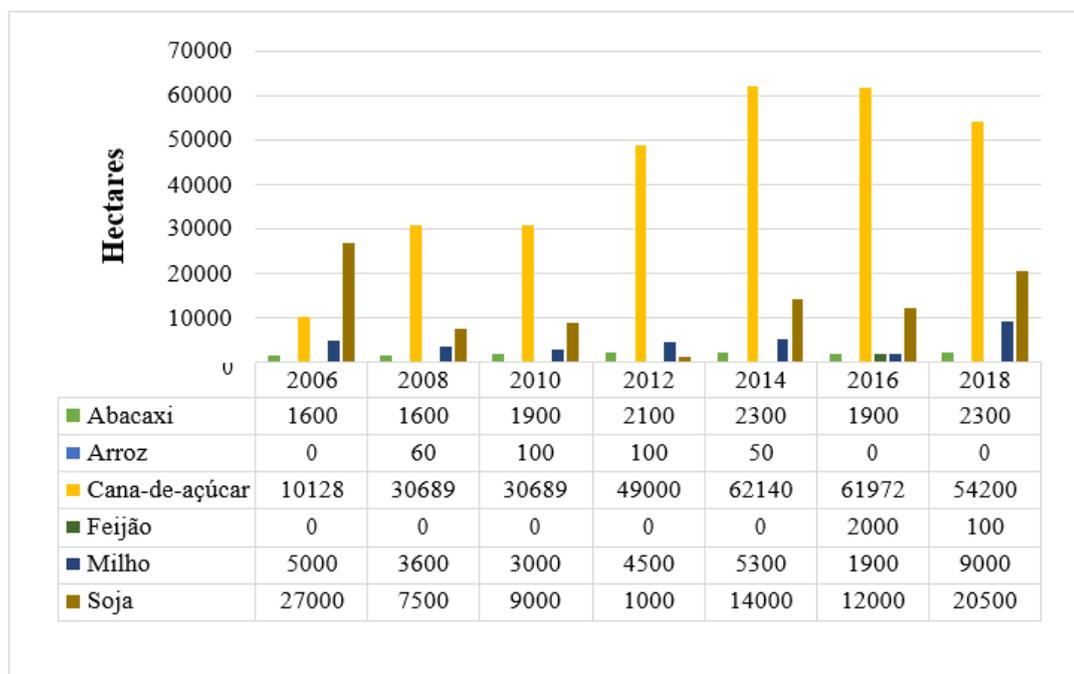
ponibilidade de recursos hídricos e preferências dos consumidores. Essa mudança no cultivo de arroz pode estar relacionada a diversos fatores. Por exemplo, a produção de arroz pode exigir investimentos significativos em infraestrutura de irrigação, o que pode ser um desafio em regiões com recursos hídricos limitados. Evidentemente, o mercado de arroz pode ser altamente competitivo, com variações de preço e demanda que podem afetar a rentabilidade dos agricultores.

A cana-de-açúcar se destaca como o principal cultivo em termos de área plantada, apresentando um aumento significativo ao longo do período analisado. Em 2006, foram plantados cerca de 10.128 hectares de cana-de-açúcar, enquanto em 2018 esse número chegou a 54.200 hectares. Esse crescimento está relacionado à demanda da indústria sucroenergética, que utiliza a cana como matéria-prima tanto para a produção de açúcar quanto de biocombustíveis. No entanto, essa concentração em um único cultivo também gera questionamentos sobre a diversificação agrícola no município.

Quanto ao feijão, não foram registrados cultivos até 2016. No entanto, em 2018, foram plantados 2.000 hectares. Essa retomada do cultivo de feijão pode indicar uma busca pela diversificação agrícola e uma resposta à demanda local por esse alimento básico na dieta brasileira. Por outro lado, o milho apresenta variações ao longo dos anos. Houve uma diminuição na área plantada entre 2006 e 2010, seguida de um aumento até 2014 e uma queda novamente em 2018. Essas flutuações podem estar relacionadas a fatores como demanda do mercado, condições climáticas e preferência dos agricultores. O milho é uma cultura versátil, utilizada tanto para alimentação humana quanto para ração animal e produção de biocombustíveis, o que pode influenciar as decisões de plantio. Já a soja teve um aumento significativo na área plantada entre 2006 e 2010, chegando a 27.000 hectares. Contudo, a partir de 2010, houve uma redução gradual até 2018, quando foram plantados 20.500 hectares. Esse declínio pode ser influenciado por fatores como variações de preço no mercado internacional, mudanças nas políticas agrícolas e a busca por culturas mais rentáveis.

Ou seja, o aumento da produção de cana-de-açúcar tem trazido mudanças significativas na economia e na cultura do município. Anteriormente, a cultura do abacaxi era um dos destaques da região, porém, está sendo substituída pela cana-de-açúcar. Uma vez que, outras culturas como milho e soja também estão sendo afetadas. Essa transformação evidencia como a expansão do setor sucroalcooleiro está modificando a paisagem e a economia de Frutal e de regiões similares, conforme aponta o (Gráfico 05).

Gráfico 05 - Evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Frutal (2006 a 2018).



Fonte: SANTOS (2020)

A Usina Frutal é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol na região, com uma capacidade de moagem de 2,5 milhões de toneladas de cana por safra, conforme informações da (BUNGE, 2019). Desde sua primeira colheita em Frutal em 2007, a usina tem se destacado por sua produção eficiente e modernização constante, com a mais recente em 2016. Localizada na Fazenda Água Amarela, no município de Itapagipe, a usina possui uma área de 2783,48 hectares ao lado do Rio Grande, o que lhe proporciona uma grande disponibilidade hídrica na região. Essa localização geográfica também permite que a usina esteja próxima ao estado de São Paulo, ampliando sua capacidade produtiva.

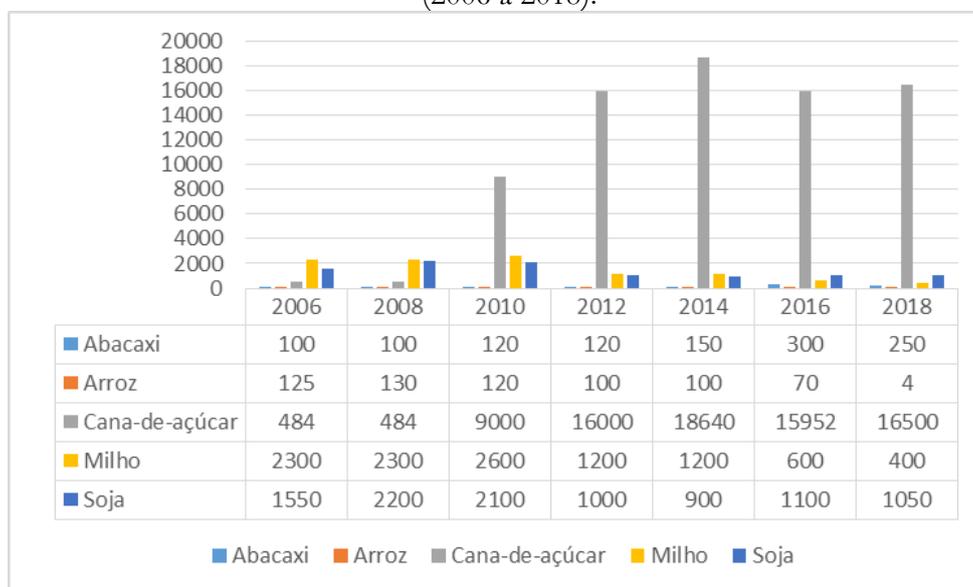
O município de Itapagipe é um dos mais expressivos na produção canavieira, com um significativo aumento na produção nos últimos anos, conforme aponta o (Gráfico 06). Ao longo dos anos, observa-se um aumento significativo na área plantada de cana-de-açúcar, passando de 484 hectares em 2006 para 16.500 hectares em 2018. Essa expansão expressiva sugere um forte crescimento do setor sucroalcooleiro na região, possivelmente impulsionado pela demanda por biocombustíveis.

No entanto, é interessante notar que outras culturas apresentaram variações ao longo do período analisado. O cultivo de abacaxi teve um crescimento inicial, atingindo seu pico de 300 hectares em 2016, mas sofreu uma redução em 2018, chegando a 250 hectares. Já o culti-

vo de milho teve seu ápice em 2006, com 2.300 hectares, e passou por flutuações ao longo dos anos, atingindo 400 hectares em 2018.

A expansão da cana-de-açúcar tem impactado outras culturas, como o arroz e a soja, que também apresentaram redução na área plantada ao longo dos anos. Essa análise dos dados nos permite compreender as transformações espaciais e econômicas que ocorrem no município de Itapagipe, evidenciando a influência do setor sucroenergético. É importante considerar os impactos socioambientais desse crescimento e buscar formas de conciliar a produção agrícola com a sustentabilidade e a diversificação dos cultivos.

Gráfico 06 - Evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Itapagipe (2006 a 2018).



Fonte: SANTOS (2020)

A lógica da agrofinanceirização é de expansão de suas forças produtivas na região, o que pode resultar em mais impactos ambientais, incluindo a perda de áreas de pastagem e redução da biodiversidade. Ademais, a expansão da produção de cana-de-açúcar nas áreas onde as usinas da Bunge estão instaladas tem provocado uma redução significativa nas áreas de pastagem natural, levando a uma transformação na estrutura produtiva da região. A pecuária, que antes ocupava quase 70% das terras na região, tem sido deslocada para outras regiões do país, como o Centro-oeste e Norte. Essa dinâmica da agrofinanceirização do setor sucroenergético é um novo elemento na questão agrária brasileira, e tem se expandido por todo o território nacional.

O processo de agrofinanceirização do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba envolve não apenas o arrendamento e compra de terras, mas também a aquisição de empresas locais e a fusão de empresas. Essas estratégias permitem que as empresas internacionais tenham um controle maior sobre toda a cadeia produtiva, desde o cultivo da cana até a distribuição dos produtos finais. É importante ressaltar que o cultivo da cana-de-açúcar na região não é uma novidade, mas sim uma atividade que se intensificou com a entrada das empresas internacionais e a busca por produção de agrocombustíveis.

A expansão da monocultura de cana-de-açúcar tem afetado a biodiversidade e a fertilidade do solo na região, bem como a qualidade de vida das pessoas que vivem no entorno das usinas. O uso intensivo de agrotóxicos e a fertirrigação com a vinhaça têm impactos negativos no meio ambiente e na saúde humana. Diante desse contexto, é importante questionar os acordos internacionais que têm permitido a expansão das empresas no setor sucroenergético, bem como promover o diálogo com as comunidades afetadas e buscar soluções que respeitem o meio ambiente e os direitos das pessoas.

Em concordância com Dowbor (2017), os sujeitos que lutam pelo acesso à terra são aqueles que produzem alimentos para abastecimento da população local/nacional e que adotam um modelo de desenvolvimento que não seja exclusivamente mercadológico. Esses sujeitos são fundamentais para garantir não apenas a soberania alimentar, mas também territorial do país, uma vez que a soberania do território é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas que garantem o Estado. Dessa forma, a luta desses sujeitos é importante para garantir a segurança alimentar e territorial do país, uma vez que o Estado, embora importante, não é o único responsável por garantir a soberania do território. Portanto, é necessário considerar a importância desses sujeitos para a garantia da soberania territorial e alimentar.

Diante dessa necessidade, torna-se evidente a importância de um projeto para a agricultura brasileira com gestão de políticas públicas, fica claro que é essencial proibir a flexibilização das leis que permitam a aquisição de terras por grupos Internacionais e transnacionais. Essa medida visa garantir a segurança dos trabalhadores do campo, que são aqueles responsáveis por produzir alimentos para abastecer a população local e nacional. Enfim, ao adotar um modelo de desenvolvimento das forças produtivas voltado para a soberania nacional, estamos garantindo a independência do país no setor agrícola. É fundamental que as políticas públicas sejam voltadas para proteger e fortalecer a agricultura brasileira, valorizando os trabalhadores rurais e a produção local como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos uma análise crítica e aprofundada sobre as transformações em curso no setor sucroenergético. Destacamos a importância de considerar a complexidade dos fatores envolvidos, incluindo as formas modernas de acumulação de capital e as relações sociais complexas e mundializadas, para compreender as implicações socioeconômicas e ambientais da agrofinanceirização do setor. Assim como, a territorialização do Grupo Bunge Açúcar e Bioenergia é utilizada como ponto de partida para a análise da agrofinanceirização na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em suma, a sessão oferece uma importante reflexão sobre a necessidade de uma análise crítica e aprofundada para compreender as transformações em curso no setor sucroenergético e suas implicações socioeconômicas e ambientais, destacando a importância da territorialização e da consideração da complexidade dos fatores envolvidos.

Oferecemos uma análise crítica e aprofundada sobre a presença do capital internacional no setor sucroenergético na região. A partir da análise da territorialização do Grupo Bunge, destacamos a importância da compreensão das estratégias de expansão e consolidação do capital internacional no setor sucroenergético, bem como suas implicações socioeconômicas e ambientais. Apresentamos um exame detalhada sobre a agrofinanceirização do setor sucroenergético, destacando a concentração de terras e a exploração intensiva dos recursos naturais como consequências da expansão do capital internacional na região. Bem como, apartamos a importância da resistência e organização dos movimentos sociais rurais para enfrentar os impactos negativos da agrofinanceirização e lutar por uma agricultura mais justa e sustentável. Ou seja, oferecemos uma importante reflexão sobre a necessidade de uma análise crítica e aprofundada sobre a territorialização do capital internacional no setor sucroenergético, destacando a importância da resistência e organização dos movimentos sociais rurais para enfrentar os impactos negativos da agrofinanceirização e lutar por uma agricultura mais justa e sustentável.

Apontamos a agrofinanceirização como uma dinâmica cada vez mais presente no setor agrícola e agroindustrial, em que a terra e os produtos agrícolas se tornam investimentos financeiros. Isso se deve em grande parte à desregulamentação da economia brasileira, que permitiu a entrada de diversas corporações nacionais e transnacionais no setor. Essa capitalização dos principais agentes tornou a terra cada vez mais passível de se transformar em investimentos financeiros, por meio de fusões, aquisições ou associações. Ademais, o crescimento do mercado interno e internacional do etanol, açúcar e bioeletricidade também tem contribuí-

do para a internacionalização e reestruturação do capital agroindustrial. É importante ressaltar que a agrofinanceirização é uma das principais características do agronegócio contemporâneo.

A lógica da agrofinanceirização é de expansão das forças produtivas no território, o que pode resultar em mais impactos ambientais, incluindo a perda de áreas de pastagem e redução da biodiversidade. Além disso, a expansão da produção de cana-de-açúcar nas áreas onde as usinas da Bunge estão instaladas tem provocado uma redução significativa nas áreas de pastagem natural, levando a uma transformação na estrutura produtiva da região. Ainda, a agrofinanceirização do setor sucroenergético envolve não apenas o arrendamento e compra de terras, mas também a aquisição de empresas locais e a fusão de empresas, o que permite que as empresas internacionais tenham um controle maior sobre toda a cadeia produtiva, desde o cultivo da cana até a distribuição dos produtos finais. Essas implicações socioeconômicas e ambientais da agrofinanceirização do setor sucroenergético no Brasil são preocupantes e destacam a necessidade de uma análise crítica e aprofundada sobre a territorialização do capital internacional no setor agrícola e agroindustrial.

Deste modo, para enfrentarmos essa dinâmica, é imprescindível desempenhar a dimensão pública do Estado e enfraquecer o domínio dos grupos financeiros de influência, é essencial adotar medidas que assegurem a autonomia dos órgãos reguladores e reduzam o poder das empresas privadas sobre as políticas públicas. Isso pode ser alcançado através da limitação da autoridade do banco central, restringindo as operações bancárias e aumentando as taxas sobre transações financeiras. Adicionalmente, é fundamental que os representantes políticos sejam eleitos por indivíduos e não por corporações, evitando que interesses econômicos de curto prazo prevaleçam sobre os interesses dos cidadãos. A descentralização do processo decisório e a alocação de recursos no âmbito local também se configuram como estratégias eficazes para reduzir a influência dos grupos financeiros e garantir que as políticas públicas sejam verdadeiramente representativas dos anseios da população.

A otimização dos sistemas de intermediação financeira é uma das principais contribuições para a construção de um sistema financeiro mais equitativo e eficiente. Isso pode ser alcançado através da alocação dos recursos financeiros com base nas necessidades reais de estímulo e orientação das atividades econômicas e sociais, como por exemplo, agricultura familiar, em vez de seguir apenas os interesses dos intermediários financeiros. A financeirização da economia tem levado a uma alocação ineficiente de recursos, priorizando atividades especulativas em detrimento de investimentos produtivos. A otimização dos sistemas de intermediação financeira pode ser obtida por meio da implementação de medidas que incentivem a diversifi-

cação dos instrumentos financeiros e promovam a transparência e a concorrência no mercado financeiro. Ademais, a taxação das transações especulativas pode ser uma alternativa eficaz para reduzir a lucratividade dos especuladores e desencorajar a movimentação constante de capitais, que gera comportamentos de manada e desorganiza qualquer planejamento organizado da produção e dos investimentos produtivos.

Reformular a lógica dos sistemas fiscais é uma das principais contribuições para construir uma sociedade mais justa e equilibrada. Uma política fiscal equilibrada na cobrança e redirecionada na aplicação dos recursos constitui um dos instrumentos fundamentais que temos à disposição, principalmente porque pode ser promovida por meios democráticos. O ponto central não é a redução dos impostos, mas sim uma cobrança socialmente mais justa e uma alocação mais produtiva em termos sociais e ambientais. A tributação das transações especulativas (nacionais ou internacionais) deve gerar fundos para financiar uma série de políticas essenciais para o equilíbrio social e ambiental. Portanto, é crucial reformular o sistema tributário de forma anticíclica, privilegiando atividades produtivas e penalizando as especulativas; de forma altamente progressiva para promover maior equilíbrio social; e com foco na proteção ambiental, taxando emissões tóxicas ou que contribuam para a mudança climática. A reformulação dos sistemas fiscais pode ser uma alternativa eficaz para reduzir a desigualdade social no campo e promover justiça fiscal, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira mais eficiente e produtiva para atender às necessidades da sociedade como um todo.

Resgatar a capacidade pública de planejamento é uma das principais contribuições para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e justa. Não se trata mais de uma disputa ideológica sobre a predominância do setor estatal ou privado, mas sim de compreender que, na sociedade mista em que vivemos, as esferas empresarial, pública e da sociedade civil devem construir um novo pacto social em prol do bem comum. O planejamento centralizado e controlado pelo Estado tem se mostrado eficaz em países como China, Índia e Rússia, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas por meio de investimentos em tecnologia, além de construir consensos e gerar sinergias entre os diferentes agentes envolvidos. Um projeto de Estado soberano, econômico, social e ambiental, que coloca em público e antecipadamente as opções de desenvolvimento, permitindo que sejam discutidas, é uma condição necessária para um processo decisório mais democrático. A descentralização do processo decisório e dos recursos para o nível local também pode ser uma estratégia eficaz para reduzir a influência dos lobbies financeiros e garantir que as políticas públicas sejam mais representativas dos interesses da população.

REFERENCIAL

ARAÚJO, D. F. C. de.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. A dinâmica do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 18, n. 01, p. 248–277, 2020a. DOI: 10.46551/rc24482692202001. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/2527>. Acesso em: 1 set. 2023.

ARAÚJO, D. F. C. de. MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 154–177, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.20873/rtg.v12i28.15556>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/15556>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ARAÚJO, D. F. C. de. The dynamics of renewable energies in the Brazilian energy matrix in the 21ST century. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 21, n. 01, p. 399–429, 2023b. DOI: 10.46551/rc24482692202316. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/6189>. Acesso em: 1 set. 2023.

ARAÚJO, D. F. C. de; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. A cultura agrícola da cana-de-açúcar no Brasil: contribuição ao estudo dos territórios rurais e suas contradições e conflitos. **Geopauta**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 162-183, 2020b. DOI: 10.22481/rg.v4i1.6303. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6303>. Acesso em: 1 set. 2023.

ARAÚJO, D. F. C.; ARAUJO SOBRINHO, F. L. INTERNACIONALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E SEUS NOVOS TERRITÓRIOS DE ACUMULAÇÃO NO BRASIL. **REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL**, v. 8, p. 184-212-212, 2021.

BEILER, R R. **Impactos do setor sucroenergético sobre o preço das terras no Triângulo Mineiro**. 2017. 46 f. Monografia – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2017.

BERNARDES, F. F.; FERREIRA, W. R.; A logística em transporte no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: operacionalizando os sistemas agrícolas. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.5, n.13, p. 101-124, 2013.

BORRAS JR, Saturnino & FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminar analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, Jan. 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2011.00339.x> >

BRONSTEIN, Hug; BIANCHI, Walter. **Argentina suspende registro da Bunge por evasão fiscal**. EXAME - Negócios, Economia, Tecnologia e Carreira. São Paulo, 16 de abril de 2012. Sessão Economia. Disponível em: <https://exame.com/economia/argentina-suspende-registro-da-bunge-por-evasao-fiscal-2/> Acesso em: jan./2023.

BUNDE, A. **Os impactos dos investimentos externos diretos (IEDs) sobre a (re)estruturação e estrangeirização do setor sucroenergético no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). 336f. Goiânia: IESA/UFG, 2017.

BUNGE AÇÚCAR E BIOENERGIA. Disponível em: <http://www.bungeacucarebioenergia.com.br/quem-somos/15-2/>. Acesso em: agos de 2023. BUNGE.

BUNGE. Disponível em: http://www.bunge.com.br/Negocios/Acucar_Bioenergia.aspx. Acesso em: agos de 2023.

CAMELINI, J. H. Agricultura de precisão para cana-de-açúcar: expressão local de um processo global. In: **XIV ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**. (Anais). Lima (Peru): EGAL, 2011.

CAMPOS, Natália Lorena. **Internacionalização do capital no setor sucroenergético do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: estratégias políticas e territoriais**. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.631>

CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **Revista GEOgraphia**, n. 35, p. 95-119, 2015. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13730>

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. 8ª ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A mundialização financeira** São Paulo: Xamã, 1998.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. 291 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – IGCE/UNESP, Rio Claro, 1998.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017

EPE. **Empresa de Pesquisa Energética. Análise de conjuntura dos biocombustíveis: ano 2019**. Rio de Janeiro: EPE, 2020. Disponível em: www.epe.gov.br. Acesso em mai 2023.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Faostat, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat>. Acesso em: abr. 2023.

FERNANDES, **Bernardo Mançano**. **A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil**. In: Rosa Maria Vieira de Medeiros; Lichele Lindner. (Org.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

FREDERICO, Samuel. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 5-18, jan./abr. 2012.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. **Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas**. In: BERNARDES, Júlia Adão et al. (Orgs). *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

IBGE. **A Geografia da cana-de-açúcar**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101436.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

IBGE. **Produção agrícola nas regiões 1990/2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/2018>. Acesso em: 16 jan. 2023.

IBGE. **Produção Municipal de Minas Gerais 1990/2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/2018>. Acesso em: 15 jan. 2023.

KPMG, Corporate Finance Ltda. **Pesquisa de Fusão e Aquisição 2018 – 4º trimestre**. São Paulo: KPMG, 2019. Disponível em: <https://home.kpmg.com/br/pt>. Acesso em: mai.de 2023.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia Produtiva da Agroenergia. Secretaria de Produção e Agroenergia**. Brasília: MAPA/SPA, 2020.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 90-115, set.-dez. 2018.

PEREIRA, L. A. G.; BARRETO, J. B. Geografia das exportações de açúcar e de etanol no estado de Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, v. 15, n. 36 Jul., p. 230-258, 3 jul. 2020.

PEREIRA, M. F. V. Agronegócio e urbanização no Triângulo Mineiro: As “cidades da cana” e as especificidades do urbano sob o efeito do setor sucroenergético. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 185 –, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v16i1.72157>

PIETRAFESA, J. P.; STECKELBERG, T. B.; PIETRAFESA, P. A. Internacionalização do setor sucroenergético brasileiro e suas consequências em Goiás. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 22 Abr., 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT112215>

PITTA, F. T.; XAVIER, C. V.; NAVARRO, C.; MENDONÇA, M. L. *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo: **Outras Expressões**, 2014. Disponível em: www.social.org.br. Acesso em: maio/2021.

SANTOS, H. F. **Competitividade regional do setor sucroenergético na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: agricultura científica globalizada e implicações socioambientais no município de Uberaba – MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 281f. Campinas: IG/UNICAMP, 2017.

SANTOS, H. F. **Especialização regional produtiva e vulnerabilidade territorial no agronegócio globalizado: implicações locais da expansão e crise do setor sucroenergético no Brasil**. 2022. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências Campinas, SP.

SANTOS, H. F. Oligopolização e financeirização do setor sucroenergético brasileiro no século XXI. **Revista de geografia**. Recife, v. 35, n. 02, 2018. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2018.230494>

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**. n.5, 1988. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/67>
A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Patrícia. **Agronegócio e controle de terras por agentes estrangeiros no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: o grupo Bunge Açúcar e Bioenergia**. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.274>.

SASSEN, Saskia. **Expulsões, brutalidade e complexidade na economia global**. 1ª. Ed. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2016.

SIAMIG/SINDAÇÚCAR. **Sindicato das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.siamig.com.br/> Acesso em jan. 2023.

SIAMIG/SINDAÇÚCAR. **Sindicato das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.siamig.com.br> . Acesso em 26 de jan de 2023.

SILVA, Laís Ribeiro. **Agronegócio globalizado e uso do território no contexto de financeirização: o Grupo Cosan e o setor sucroenergético brasileiro**. 2022. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5313>.

STACCIARINI, João Henrique Santana. **O setor sucroenergético no Triângulo Mineiro (MG): crescimento econômico e manutenção das desigualdades sociais em municípios especializados**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.604>

THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. **Revista Oraka: Geografia em debate**. João Pessoa, vol. 6, nº 1, p. 7-31, 2012.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-açúcar. **Observatório da Cana, 2021**. Disponível em: <https://observatoriodacana.com.br>. Acesso em: jan. 2023.

UNICADATA. **Banco de dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar**. 2018. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br> . Acesso em: 10 de jan. de 2023.

USDA. United States Department of Agriculture. **Sugar: world markets and trade**, 2020. Disponível em: <http://www.usda.gov>. Acesso em: jan./2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. Tradução: José Flávio Bertero e Ana Maria de Oliveira Rosa e Silva. *Perspectivas: revista de ciências sociais*. Araraquara, v.20/21, p. 249-267, 1997/1998. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2069/1696>>. Acesso em: 21 Jan. 2016.

Recebido em maio de 2023
Aceito em setembro de 2023